

ACTA N.º 2 – Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 24 de Abril de 2008

No dia vinte e quatro do mês de Abril do ano de dois mil e oito, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Discussão e votação da acta da 1ª sessão ordinária realizada no passado dia 16 de Fevereiro de 2008.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do Município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

4.2 – Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2007 – mapas de prestação de contas e relatório de gestão.

4.3 – Proposta de Aprovação dos termos substanciais do acordo de cessão à EHATB da posição contratual do Município de Montalegre no contrato de entrega e recepção de resíduos sólidos urbanos, celebrado com a sociedade RESAT.

4.4 – Proposta de adesão ao Programa Pagar a Tempo e Horas, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, publicado no Diário da República, I Série, nº 38, de 22 de Fevereiro de 2008.

4.5- Processo administrativo n.º 03/06 / Classificação da “ Casa dos Braganças”, como imóvel de interesse municipal / Requerente: Fernando Manuel Branco Carvalho.

4.6 – Parque Eólico de Montalegre / Declaração de reconhecimento público do projecto / ENEOP2.

4.7 – Proposta de alteração ao Regulamento do Mercado Municipal.

4.8 – Carta enviada pelo membro da Assembleia Municipal, Luís Carril, solicitando informações sobre o uso das gravações das actas desta, requerendo também que seja enviado um exemplar das mesmas a cada bancada.

4.9 - RESAT / Relatório e Contas relativo ao ano de 2007.

4.10 – Acordo de cooperação transfronteiriça entre os Municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Vinhais e Deputacion Provincial de Ourense para a Criação da Associação de Cooperação Transfronteiriça do Vale do Tâmega.

5 – Período Após a Ordem do Dia.

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes 63 membros. Não compareceram à chamada os deputados Nuno Pereira, Carla Rodrigues, Teixeira Gomes, Nuno Justo, Alexandra Antunes, Luís Carril, Judite Freitas e António Dias.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Teixeira Gomes, Maria Crespo, Sandra Gonçalves, Hugo Ramos, Deolinda Silva, Manuel Antunes, Domingos Afonso, Ricardo Moura e João Fecheira.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Fernando Calvão, João Surreira, Jorge Fernandes e João Rua.

Registando-se quorum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Discussão e votação da acta da 1ª sessão ordinária realizada no passado dia 16 de Fevereiro de 2008.

A acta da sessão ordinária do dia dezasseis de Fevereiro de 2008 foi posta à consideração, tendo os deputados Guilhermina Costa e Domingos Vasconcelos feito alguns reparos.

A deputada Guilhermina Costa entregou o seguinte documento à mesa: "Senhor Presidente da Assembleia: A leitura atenta da acta n.º 01 de 2008, referente à primeira sessão ordinária desta Assembleia, suscita-me reparos discordantes e comentários críticos, que reputo de importantes e necessários ao registo de outra visão mais consentânea com o desfecho da sessão.

O actual modelo de elaboração das actas não permite, sabêmo-lo bem, a transcrição precisa de opiniões expressas pelos intervenientes, adulterando muitas vezes o sentido das intervenções e induzindo a conclusões contraditórias. Tal vem sendo comprovado pelos constantes pedidos de rectificações às actas, feitos por muitos deputados das diferentes bancadas.

O sentido do texto da última acta está nesta conformidade. Se, por omissão, por vezes tolerada pela notada ausência de meios, pode ser alterado o significado das posições de cada deputado, também a utilização da palavra pode adocicar ou agravar intervenções.

O motivo que levou à ausência dos deputados eleitos pelo PSD e CDS/PP alicerçou-se no tom, no modo e na substância da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, claramente eivada de acusações pessoais e apreciação negativa de carácter que não podiam deixar de merecer uma atitude de repúdio.

No que me diz respeito, a objectividade da acta vergou-se a critérios de índole partidária. Quando foi dito que eu era "a pessoa com menos moral", o relato diz que "a deputada Guilhermina Costa é talvez das pessoas menos habilitadas para o fazer dentro da Assembleia Municipal" – 3º parágrafo da página 16.

Apenas este registo, para constar na acta. Montalegre, 24 de Abril de 2008, Assinado, a deputada Guilhermina Costa."

O deputado Domingos Vasconcelos disse que última sessão da Assembleia Municipal falou do caminho de Cima do Rego e não "em cima do rego" como está transcrito na acta.

Disse ainda que falou da distribuição do correio que não estava a ser feita na aldeia de Sidrós e não em Vila Nova como está transcrito na página 5 da acta.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que, se há dúvidas relativamente ao que ele disse na última sessão, disse que voltava a dizer exactamente o mesmo e mantém integralmente que não recebe lições de moral de ninguém, muito menos da deputada Guilhermina Costa, pois é a pessoa com menos moral para o fazer.

Posta a votação, a acta foi aprovada por maioria com 10 abstenções e 2 votos contra.

2 - Expediente para conhecimento

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

Inscreveram-se para intervir os deputados Fernando Calvão e Domingos Vasconcelos.

O deputado Fernando Calvão disse que a forma como o Senhor Presidente da Assembleia deu a conhecer a correspondência não foi a mais correcta. Deveria ter dado mais ênfase e fornecido cópias a todos os deputados pois trata-se de um assunto muito importante sendo a desertificação do interior um assunto que diz respeito a todos. É um impacto político nacional. É no interior que está a alma de um país.

O deputado Domingos Vasconcelos falou sobre a alteração à lei autárquica e disse que ainda bem que não passou pois não é justo que os Presidentes de Junta assistam às reuniões da Assembleia e não possam votar. Disse que se devem respeitar as maiorias.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, João Soares, Acácio Gonçalves, Alberto Martins, Luís Pereira, José Miranda, José Fernando Moura, Ricardo Moura, José Manuel Carvalho, Duarte Calhelha e Joaquim Pires.

A deputada Guilhermina Costa entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmos. Senhores Membros da Assembleia: na última Assembleia foi aqui levantada uma questão que deve ser esclarecida.

Este Município celebrou um protocolo com a Cooperativa de Montalegre, onde aquele subsidia esta no montante de 200 mil euros anuais, tendo por escopo o apoio ao desenvolvimento agrícola do concelho, na formação e informação aos agricultores e divulgação de produtos.

Consta que esta verba está a ser usada pela Cooperativa, com conhecimento do Sr. Presidente da Câmara, exclusivamente, para suportar os custos que os agricultores teriam que pagar á Organização de Produtores Pecuários, com o saneamento do seu gado.

Perguntamos, ao Sr. Presidente da Câmara, se a "voz do povo" corresponde á verdade?

Se assim é, como justifica o Sr. Presidente da Câmara ter enganado este órgão, levando-nos a aprovar um subsídio que é destinado a um fim completamente diferente do anunciado?

Como justifica o incumprimento do protocolo?

Ou será que pagar os custos do saneamento dos animais é dar formação e informação aos agricultores ou divulgar os produtos?

A não ser verdade a "voz do povo", diga onde têm sido gastos os 200.000 euros anuais?

Qual a formação, quantos agricultores beneficiaram desta?

Quais os produtos divulgados pela Cooperativa, no ano 2007? Assinado, a deputada Guilhermina Costa".

O deputado João Soares falou sobre o 25 de Abril. Disse que se passaram 34 anos, que se fez história, que se acabou com a ditadura, que se instituiu um sistema democrático que deu direito à liberdade e direito de opinião, de convergir e divergir.

Disse que não foi apenas uma revolução que ficou para a História. Fez-se para desenvolver um país e o poder local é uma das grandes vitórias do 25 de Abril. Fez-se a descolonização e partiu-se para os Descobrimentos. Acabaram todos os fantasmas da ditadura: a Pide, a censura e a guerra colonial. O 25 de Abril fez-se para democratizar, descolonizar e desenvolver.

Disse que ainda há muita gente agarrada ao conservadorismo que pede autorização a um pé para mexer o outro. O PS, que está no governo, está a interpretar o espírito do 25 de Abril, um espírito reformador. Não há desenvolvimento sem reformas. E o interior e a nossa região beneficiaram de medidas concretas de beneficiação do Governo: mais de 77 milhões de euros

investidos no distrito de Vila Real, 1047 grávidas a beneficiar do novo acordo pré-natal, formação profissional, centro hospitalar, 12 milhões de euros investidos nos regadios do distrito de Vila Real, a conclusão da A24, 1,2 milhões de euros na protecção civil, conclusão da A7, conclusão da EN 213 e 15 milhões na segurança rodoviária.

O deputado Acácio Gonçalves disse que o deputado João Soares lhe fez lembrar o Salazar, pois este também só falava em estatísticas.

Disse que na acta da sessão anterior constava que o deputado João Soares disse que as pessoas que se ausentaram da sessão nem são homens nem são políticos e respondeu dizendo ao deputado João Soares que ele é a pessoa com menos moral para dizer isso.

Falou sobre os HAKA BARROSÃ e felicitou a Câmara por tê-los levado a Nanterre, só foi pena não terem convidado a oposição, pois lá deveriam estar todas as forças políticas.

Sobre o plano de ordenamento da albufeira dos Pisões, disse que já data do ano 2002 e o Presidente da Câmara nada diz sobre este assunto.

Falou sobre o posto experimental e perguntou se a Câmara está a pensar fazer lá uma escola ambiental ou agrícola. Disse que nunca viu a Câmara fazer pressão para que o ensino superior viesse para Montalegre e devia-se pensar mais nisso. Disse que o Posto foi entregue à Câmara mas parece que são outras pessoas que estão a tirar lucros daquilo.

Sobre as simulações dos actos administrativos, disse que estas podem provocar a anulação de contratos e protocolos.

O deputado Alberto Martins entregou o seguinte documento à Mesa: " Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores: esta semana li num Semanário da região uma notícia sobre o "novo" líder da Comissão Política Concelhia do PSD, que depois de invernar dois anos apareceu de novo!

O aproximar das eleições é bom para muita coisa, não é só para obras!...

Dizia o Eng^o Adelino Bernardes, ao dito jornal, a certo ponto: "quando me levantei no sábado de manhã e vi tantas autocarros (vindos da fronteira) a passar dei logo conta que ia perder as eleições".

Fiquei com pena deste ingénuo candidato!

Não queria que alguns emigrantes de Montalegre viessem votar! Sem nada de ilegal!

Ele, sessenta dias antes das eleições, pegou em 14 ou 15 conterrâneos de Gondomar e arredores e foi-os hospedar em Salto!... Se ainda os levasse para casa dele!... Mudou-lhe a residência... no Bilhete de Identidade e mandou-os recensear nos Cadernos Eleitorais da freguesia de Salto! Isto sim, uma ilegalidade!

Eu perdi as eleições em Salto, onde era candidato à Junta de Freguesia por 28 votos.

Se fosse eu a arranjar os 15 falsos residentes e não ele, hoje era eu o Presidente da Junta!

Senão vejamos: PSD+PP teve 684 votos; o Partido Socialista, 656. Ora 684-15 (falsos)= 669.

Os do PS, 656+15 (arranjados)=671. Vejam quem ganhava as eleições!
Afinal o Eng^o Adelino deveria estar calado.

Posso informar que os ditos clandestinos ainda se encontram por lá. Quem vai pagar a conta da estadia não sei!

Hoje, até é uma data bonita para trazer este assunto aqui à Assembleia, 24 de Abril de 2008. Se fosse há 34 anos! Não era de admirar. Mas mesmo assim, viva o 25 de Abril! Assinado, o membro do Partido Socialista, Alberto Martins Fernandes.”

O deputado Luís Pereira perguntou em que ponto se encontram os Centros Escolares de Montalegre e do Baixo Barroso.

O deputado José Miranda disse que a moção apresentada pela Junta de Freguesia de Ferral não foi aprovada e por isso retira-a.

Disse que teve uma reunião com os CTT e ficou decidido que a partir do dia 15 de Maio eles começam a fazer a distribuição oficialmente.

O deputado José Fernando Moura disse que esteve ausente do país e quando chegou recebeu 102 e-mails sobre os Haka Barrosã.

Sugeriu que o Posto de Turismo fosse aberto ao fim-de-semana.

Falou sobre o Parque do Cávado e disse que o rio não tem qualquer tipo de vedação e que pode constituir um perigo pois andam muitas crianças lá a brincar.

Disse ainda que todas as freguesias deveriam ter associações recreativas e culturais de forma a dinamizar as aldeias.

Propôs que os membros da Assembleia Municipal de Montalegre visitassem a Assembleia da República.

O deputado Ricardo Moura pediu desculpa por não estar presente na última Assembleia mas como foi marcada para um sábado, aos fins-de-semana tem que dar atenção aos turistas. Disse que ficou chocado quando soube do abandono da bancada do PSD e sem razão nenhuma. Apenas lamenta que eles não contribuíssem para a aprovação do saneamento de Padornelos.

Disse que o deputado Acácio Gonçalves está sempre a bater em pessoas que não estão presentes e não se podem defender, pois quando o Presidente da Cooperativa foi chamado para estar presente na Assembleia, o deputado Acácio Gonçalves não apareceu. O deputado devia dizer se afinal está contra o Presidente da Cooperativa ou contra o Presidente da Câmara e tem que dizer aos agricultores que não querem que a Câmara os apoie.

Relembrou que, quando o Presidente da Câmara anunciou o referido protocolo a oposição apareceu com outro que até pagava o veterinário. Se querem crucificar o engenheiro não misturem a Câmara com isso, pois a Câmara o que promete, cumpre.

Disse que abandonar a sala por uma razão insignificante e não votar em questões tão importantes para o desenvolvimento do concelho é muito grave.

Sobre o PDM pediu aos autarcas para ponderarem sobre o que se vai fazer. Cada vez há menos gente no concelho e há mais casas novas. Tem que se conservar e reformar as aldeias e valorizar o património. Devem-se sensibilizar

as pessoas através de colóquios e fazer com que as aldeias fiquem mais bonitas. Estas casas deviam ser isentas do pagamento de taxas pois elas estão na mira de investidores. A Câmara deve puxar alguma indústria ou empresa que empregasse pelo menos 150 pessoas, pois assim as pessoas ficavam no concelho.

O deputado José Manuel Carvalho disse que na estrada entre Salto e Paredes há uma curva que foi reparada mas, embora reparada, precisa de railes. Disse que a forma como apararam as árvores no Torrão da Veiga não lhe pareceu correcta e que foram plantadas outras que convém que olhem por elas.

Sobre a saída da bancada da oposição da última sessão disse que foi devida à exaltação do Presidente da Câmara e o que importa retirar dessa atitude é saber se o subsídio dado à Cooperativa é bem aplicado ou não.

Respondeu ao deputado Alberto Fernandes e disse que este perdeu as eleições com as pessoas de Salto.

O deputado Duarte Calhela louvou a Câmara pelo Parque do Cávado e porque Montalegre tem qualidade de vida. Disse que a Câmara não pode fazer muito mais em termos de investimentos físicos. Convém agora investir na empregabilidade e na globalização. Tem que se fazer nascer empresas, dar apoio às pessoas que queiram investir, criando um ninho de empresas e um organismo de união das várias associações.

O deputado Joaquim Pires disse que está receptivo à ideia da visita à Assembleia da República.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Acácio Gonçalves e João Soares.

O deputado Acácio Gonçalves disse que o eng^o Justo nunca lhe fez bem nem mal, mas no que diz respeito à vida social, diz que tem sempre uma palavra a dizer e por mais que o Presidente da Câmara os tente calar ele há-de continuar a falar, pois se fala da Cooperativa é porque está mal gerida.

O deputado João Soares disse que não é de homens abandonar uma Assembleia e continua a dizê-lo pois trata-se de falta de respeito ao órgão e aos eleitores. Felicitou o deputado José Acácio Moura pela coragem e pelo respeito que teve para com as pessoas que o elegeram.

Disse que o deputado Acácio Gonçalves deve andar confuso pois confundi-lo com o Salazar é o mesmo que confundir os termos somar e subtrair.

Disse que se hoje o país está mal é porque as medidas devidas não foram tomadas antes.

Disse ainda que não pode ter saudades do passado porque no dia 2 de Maio de 1952 a sua mãe foi despedida simplesmente porque foi abrir a estação dos correios onde trabalhava a um senhor que precisava de telefonar e porque perdeu um irmão na guerra colonial.

O Senhor Presidente da Câmara lamentou que não haja mais nada para falar numa Assembleia a não ser da Cooperativa. Disse que se há gente dentro do PSD que se diz ser amigo do eng^o Justo, então este pode dizer que não precisa de inimigos. E tudo isto porque a deputada Guilhermina Costa e o deputado Acácio Gonçalves, por questões pessoais, levaram a bancada da coligação atrás deles.

Perguntou se o documento entregue pela deputada Guilhermina Costa pode ser utilizado publicamente para que os agricultores saibam o que o PSD quer.

Sobre o Plano de Ordenamento da Albufeira dos Pisões, disse que há muito que a Câmara apresentou uma proposta ao INAG mas que não teve andamento, mas isso não impediu qualquer tipo de investimento, até porque não apareceu nenhum projecto.

Sobre o PDM, disse que este não é nenhum monstro, mas sim um bom instrumento de trabalho.

Sobre a Quinta Veiga, disse esta é da Câmara pois uma vez que o Posto Experimental fechou, o espaço reverte para a entidade cedente que é a Câmara. Só depois de estar legalmente nas mãos da Câmara é que se pode avançar com um projecto ambiental e turístico. A par da promoção e animação do golf e da investigação cinegética, há uma parcela de terreno onde a cooperativa foi autorizada a fazer experiências com plantações de uma nova variedade de batata.

Sobre os Haka Barrosã, disse que agradece ao grupo pelo trabalho que têm feito e pelo orgulho que têm na terra. A Câmara, para além de lhes ter patrocinado a ida a Nanterre, tem apoiado as suas aparições na comunicação social. Este grupo é um bom exemplo de gente e que dá cartas ao país pois tem ideias.

Sobre o 25 de Abril, disse que não aceita que o deputado Acácio Gonçalves seja um anti-fascista pois não foi por causa dos militantes do CDS nem com o seu apoio, que se conseguiu o 25 de Abril.

Sobre os Centros Escolares, disse que há dois projectos. O centro escolar de Montalegre está aprovado pelo Ministério da Educação e está candidato ao QREN. O Centro Escolar de Salto ainda não está aprovado pois há dificuldades em provar a sustentabilidade do projecto, tendo em conta o número actual e futuro de alunos.

Sobre os CTT, disse que as Juntas de Freguesia só podem exigir depois de terem o serviço feito da toponímia e dos números de polícia.

Sobre o facto do posto de turismo poder estar aberto aos fins-de-semana no inverno, disse que o número de visitantes não o justifica, mas todas as unidades hoteleiras têm panfletos turísticos dados pela Câmara e o site da Câmara tem toda a informação necessária.

Sobre as grades no Parque do Rio Cávado, disse que está a ser vista, técnica e legalmente, a viabilidade do projecto.

Sobre a visita à Assembleia da República, disse que a Câmara está disponível, para patrocinar uma iniciativa deste género.

Sobre o mérito do protocolo com a Cooperativa, disse que vai divulgar que o PSD não quer apoiar os agricultores. É um mau caminho e falta de respeito pelo eleitorado e pelos agricultores a permanente trapalhada do PSD.

Disse que o PDM tem que ser pedagógico. Tem que limitar pois a estratégia não é a de fazer casas. A estratégia é trazer gente para encher as casas que temos vazias nas aldeias. A revisão do PDM não vai resolver todos os problemas, mas vai-se organizar um colóquio para se conciliarem interesses sem esquecer as boas regras do planeamento e de ordenamento e as características do Barroso.

Sobre a indústria vir para Montalegre, disse que é um sonho e temos que ser realistas, pois num tempo em que todas fecham, não se podem exigir milagres. Montalegre tem uma boa fábrica e ninguém a aproveita. O fumeiro e o presunto são uma verdadeira indústria.

Sobre as árvores do Torrão da Veiga, disse que foram cortadas daquela maneira porque estão podres e é a única forma de regenerá-las.

Sobre as infra-estruturas disse que já chegam. Precisa-se de investidores e isso é o mais difícil. Desafiou toda a gente pois há muito dinheiro no QREN destinado ao emprego e à economia.

Inscreveram-se para terceira intervenção os deputados Guilhermina Costa, Ricardo Moura, José Manuel Carvalho e Duarte Calhelha.

A deputada Guilhermina Costa, respondendo ao deputado Ricardo Moura, disse que tem uma imagem sobre si própria e quando alguém lhe diz que é a pessoa com menos moral nesta Assembleia, a sua dignidade é atingida.

Sobre a ausência da bancada da oposição na última assembleia disse que ainda tiveram mais responsabilidade do que o deputado Ricardo Moura pois este não apareceu todo o dia. Tiveram também consciência que a ausência da bancada não inviabilizou nenhuma das aprovações.

Disse que em nenhum momento o PSD manifestou que não quer que a Câmara dê dinheiro à Cooperativa. Questiona é como é que o dinheiro está a ser gasto. Disse ainda que é do conhecimento de toda a gente que ela não gosta do Eng^o Justo e que não tem rabo preso em sítio nenhum. Por isso manifesta a sua opinião sobre a forma como são geridas algumas instituições.

Quanto ao subsídio dado à Cooperativa, disse que, na sua opinião, convém ser fiscalizado para que não aconteça como aconteceu à batata de Montalegre, ao leite e às ordenhas e porque é que se criou a carne de vitela dos lameiros de Barroso.

Disse ainda que as cartas vindas do INGA endereçadas aos agricultores foram todas para a Cooperativa e esta instituição disse aos agricultores para irem lá fazer os subsídios e não noutras instituições que cobravam bem menos.

Como é possível que a Cooperativa cobre mais caro o saneamento dos animais aos agricultores do que a OPP de Chaves?

Falou de um artigo publicado no Semanário Transmontano que falava sobre o Centro Profissional da Aldeia Nova, que pertence à Cooperativa, e que guardou cerca de 20 mil euros que tinha que dar aos formandos de um curso de formação. Teve que ser notícia para que a Cooperativa resolvesse o problema. Disse que na sua opinião não se pode continuar a dar subsídios a uma instituição que tem vindo a dar provas de que não merece confiança e apoio.

O deputado Ricardo Moura disse que se há alguém que defende que há casas a mais e gente a menos ele é um deles.

Disse que começou a sua primeira intervenção com um pedido de desculpas pela sua ausência na última assembleia mas a deputada Guilhermina Costa disse que nunca mais aparecia e cá está.

Disse ainda que se houve alguém que esteve contra o eng^o Justo ele foi um deles, mas, se tem alguma coisa a dizer, diz-lho frente a frente.

O deputado José Manuel Carvalho disse que concorda com o dinheiro dado à Cooperativa mas este deve ser fiscalizado. Só não concorda é que o Presidente da Câmara diga que só a Câmara é que apoia os agricultores. Há várias associações que o fazem com muito mérito.

O deputado Duarte Calhella disse que sabe que não é fácil trazer grandes indústrias mas Montalegre tem capacidade para dinamizar a pequena indústria. Devemos ser positivos e trabalhar em cadeia, pois juntando o conhecimento, o dinheiro e as potencialidades que Montalegre tem, o concelho vai longe.

O Senhor Presidente da Câmara pediu para que a oposição se entenda e se organize, pois tem que definir se são ou não a favor do subsídio dado à Cooperativa e desta forma aos agricultores.

Quanto ao facto da deputada Guilhermina Costa dizer que não está presa pelo rabo, disse que ele também não está pois não deve nada ao eng^o Justo. E lamenta que quando o Eng^o Justo estava em alta ninguém tinha coragem para dizer certas coisas. Nunca lhe lambeu as botas como faziam os do PSD. E Referiu que há pessoas não presas pelo rabo mas pelo pescoço, pois não têm dignidade ao falar de certos assuntos.

Disse que a deputada Guilhermina Costa é especialista em demagogia e não tem escrúpulos em fazer baixa política perdendo mesmo o respeito por tudo, até pela história do PSD.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Joaquim Pires.

O deputado Joaquim Pires falou sobre a EN 103 e sobre a perspectiva de algumas soluções e perguntou se algum dia se pensou em fazer um troço novo das Cerdeirinhas até Salto.

O Senhor Presidente da Câmara disse que esteve na Câmara de Vieira de Minho a falar sobre a EN103 e as suas alternativas e a ideia de uma estrada nova é uma ideia boa. Quando vista no papel, ainda mais convincente se torna, só que constitui um problema ambiental muito grave. Há uma equipa no terreno a fazer um estudo para se chegar à melhor solução.

Disse que vai reunir com vários políticos para que se faça pressão de forma a conseguir-se uma ligação mais curta a Braga.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2 – Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas do exercício económico de 2007 – mapas de Prestação de Contas e Relatório de Gestão.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, António Ferreira, Acácio Gonçalves, Domingos Vasconcelos e Ricardo Moura

A deputada Guilhermina Costa entregou o seguinte documento à Mesa: "Senhor Presidente da Mesa e membros desta Assembleia. É na prestação de contas que vimos a capacidade da Câmara em executar o plano e orçamento a que se propôs.

Constatamos que a obtenção de receitas foi executada apenas a 64,4%, com a conseqüente similar taxa de execução da despesa.

O que significa que 36% de insucesso na realização do plano do executivo.

Dirá o Sr. Presidente da Câmara que esta é uma execução excelente.

Mas então as inscrições no plano e orçamento não são sérias? São lá colocadas rubricas de execução impossível?

Parece-nos que não. O que consta do plano e orçamento tem que ser possível de executar. Não o sendo, há insucesso da gestão que não conseguiu realizar aquilo a que se propôs.

No resumo da execução da receita e despesa (pág.5), podemos ver que a receita no município foi de 17 924 240 Euros. No mapa de controlo orçamental da receita (pág. 18 a 21), podemos ver que apenas transitaram para o ano seguinte, 1 400 Euros de receitas correntes. Assim a totalidade da receita realizada pelo município, embora não recebida, foi de 17 925 640 Euros.

A despesa foi de 17 66 554 Euros, porém no mapa de controlo orçamental da despesa (pág. 7 a 10), podemos verificar que os compromissos assumidos no exercício quanto a despesas correntes foram de 10 082 170 euros e quanto a despesas de capital os compromissos assumidos no exercício foram de 13 045 597 euros. Assim, as despesas efectivamente realizadas pelo município no ano de 2007 foram de 23 127 762 euros.

Isto é, entre a despesa efectivamente realizada pela autarquia – 23 127 767 euros – e a despesa contabilizada no ano – 17 665 554 euros, há uma diferença de 5 462 213 euros que apenas será contabilizada no corrente ano.

Assim, o executivo gastou mais de 5 milhões de euros do que aquilo que conseguiu arrecadar. Facto, por si só, revelador de uma má gestão.

Repare-se que por não estar contabilizada toda a despesa, o documento ora em análise, permite concluir que a dívida do município diminuiu em cerca de 600 000 euros. Lendo o documento com rigor, sabemos não ser verdade, pois há mais de cinco milhões de dívida contraída neste exercício, que apenas não pode ser contada como despesa neste documento, mas que existe, foi assumida pela Câmara e terá que ser paga.

E lá vamos nós contrair mais um empréstimo, desta feita com a Caixa Agrícola Mútuo e com o Estado, para tapar parte deste buraco – pagar a dívida de curto prazo -, aumentando a dívida de longo prazo, comprometendo o futuro do município.

Já ouvimos o Senhor Presidente da Câmara enumerar as obras realizadas, tantas e sempre as mesmas ao longo dos vários anos quase podias repeti-las sem recurso a memorandos. Mas quais foram as obras merecedoras de destaque (que não sejam remendos nesta ou naquela estrada, neste ou naquele edifício), executadas, realizadas no ano de 2007?

O nosso voto é de abstenção por não haver qualquer reparo a fazer ao documento contabilístico em apreciação e por discordarmos do governo desastroso e irresponsável desta, reflectido neste documento. Assinado, Guilhermina Costa.”

O deputado António Ferreira disse que não sabe quem anda enganado. Disse que devem ser aqueles que caíram em Montalegre de paraquedas. Disse que pensou que a bancada do PSD fosse votar contra dado o relambório apresentado pela deputada Guilhermina Costa. Cego é aquele que não quer ver as obras que foram feitas em 2007.

Disse que há quem mantenha a assiduidade na Assembleia e há aqueles que fazem retiradas estratégicas. Relembrou quando eram apenas 8 deputados PS na assembleia e nunca fizeram tal coisa.

Disse que está satisfeito com o trabalho feito pela Câmara e espera que o Presidente continue a sua obra.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “ Exmo. Senhor Presidente da Assembleia do Concelho de Montalegre, Exma. Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montalegre, Senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras: Acácio da Silva Gonçalves, representante do Grupo Municipal do CDS/PP de Montalegre, apresenta o presente documento para que conste da respectiva acta desta Assembleia.

Sobre a prestação de contas de 2007 do Município de Montalegre verifica-se mais um ano económico em que as previsões falharam; no plano de orçamento anual inicial de 26.950.000,00 passou no final a 27.842.446,00 euros, devido a reforços e diminuições orçamentais na despesa, respectivamente de 4.619.696,00 e 3.727.250,00, que alterou 100 rubricas passando a ser executado no valor de 17.664.554,00, cuja percentagem de execução foi apenas de 63,4%, pelo que consideramos um orçamento demasiado empolado, onde constam projectos sem cabimento financeiro por parte desta autarquia, mexendo-se demasiado nas verbas pré- destinadas pelo orçamento.

No relatório de gestão, em apreciação nesta Assembleia é em determinado ponto (II – execução orçamental ponto 2.1) citado o princípio do equilíbrio

orçamental do POCAL que diz "o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, mas também deveria obedecer ao princípio da especificação para que fossem discriminadas suficientemente todas as despesas e receitas nele previstas e o princípio da não consignação que diz que o produto de quaisquer receitas não pode ser afecto à cobertura de determinadas despesas, salvo quando essa afectação for permitida por lei.

Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos a execução foi de 53,76%, mas há percentagens de execução desprezíveis se atendermos à importância que representam que citamos ensino básico 13,80%, habitação 22,14%, planos municipais de ordenamento 27,97%, comércio e turismo 33,54%, urbanização da sede concelhia 13,46%.

Gostaria para finalizar, porque muitas vezes nos enganamos e geralmente temos muitas dúvidas que respeitosamente esclarecesse este Grupo Municipal por escrito e a esta assembleia oralmente o seguinte: 1- Consta do relatório da prestação de contas de 2006 ter pago o Município de Montalegre à Cooperativa Agrícola de Montalegre um subsídio de 149.850,00 euros por conta de um subsídio orçamentado para esse ano de 200.000,00 euros; agora neste relatório de prestação de contas de 2007 consta que o Município pagou 250.000,00 euros. No Plano de Orçamento do ano de 2008 consta um subsídio a pagar à referida Cooperativa de 250.000,00 euros. Pede-se o seguinte esclarecimento: quem autorizou a modificação do pagamento de mais 50.000,00 euros em 2007, quando estavam apenas orçamentados 200.000,00 euros, e a sua realização foi efectuada por OUTRA, o que significa OUTRA.

Porque foram orçamentados para o ano 2008 subsídios à cooperativa de 250.000,00 e não de 200.000,00 conforme está no protocolo.

No mapa de controle de despesas do CCE 05 foi atribuído subsídios a "sociedades e quase sociedades não financeiras" 100.000 euros e na execução do plano CCE01 – 20.000,00 euros; que sociedade é esta e a que respeitam os 20.000,00 euros.

Gostaríamos de saber a que se refere o transporte de 55.000,00 euros na pág.1 da execução do plano de actividades municipais – página 29 do relatório da prestação de contas de 2007. Montalegre, 24 de Abril de 2008, Assinado Acácio Gonçalves."

O deputado Domingos Vasconcelos entregou o seguinte documento à Mesa: "Senhor Presidente, elementos da mesa, caros deputados municipais: Li com muita atenção as declarações de voto dos Vereadores do meu partido, o PSD, li também com muita atenção a resposta dada pelo Sr. Presidente da Câmara, relativamente à "Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas relativos ao ano económico de 2007", recorri às minhas memórias e dei comigo a pensar na minha terra e com esta Câmara, nada de relevante acontece.

Entramos num ciclo vicioso em que a oposição, ao longo do mandato, afirma relativamente a este assunto que poderia repetir o que disse em anos anteriores e, constata-se que é a mais pura e dura das verdades, sendo mais grave ainda o facto do discurso de defesa das políticas de investimento apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara ser também repetido.

Pensando melhor, isto talvez não seja bem assim. De quatro em quatro anos entrámos num mar de rosas, aparecem ideias de obras milagrosas que vão resolver os problemas da falta de emprego, do comércio local, dos agricultores, que vão atrair turistas e investidores e logo de seguida, o mar de rosas transforma-se no mar das tormentas.

Então, pensando mais um pouco, a realidade leva-me a concluir que é mesmo assim! Nada acontece, pelo menos de bom, de criativo e que resolva problemas.

Começa o Senhor Presidente por dizer aquilo que é previsível, pouco criativo e repetido, acusando o PSD de ver tudo com desconfiança e espírito negativo fazendo críticas próprias de quem não conhece ou não quer ver a realidade. Afinal o PSD vê ou não vê? Organize-se Senhor Presidente da Câmara. Não faça discursos de circunstância e concretize onde não temos razão começando por dar o exemplo.

Nunca o PSD esteve contra os gastos em trabalhos que beneficiem a população, antes pelo contrário, quer muito mais, porque o que se tem feito são remendos, que o Senhor Presidente desenrola para parecerem muitos e grandes.

Teria necessidade, uma Câmara da dimensão da nossa, de comprar três veículos de gama alta no mesmo ano? Mais outra no ano no ano corrente, cuja finalidade é ser utilizada uma vez por ano na deslocação a Nanterre?

Os encargos dos carros não se esgotam no seu custo. Gastam combustível e quanto maior a potência mais gastam, gastam pneus, óleos, enfim, têm uma manutenção ao nível dessas marcas do mais caro do mercado.

Não queremos que o Presidente da Câmara de Montalegre, quando em representação do concelho, se apresente inferiorizado aos seus pares. Queremos que se desloque com conforto e segurança.

Gostaríamos que fosse um bom exemplo e que quando passeia pelas ruas e estradas do concelho, sem estar em funções, se deslocasse no seu próprio veículo. Temos um exemplo e são estes que devemos salientar, que até é dado por um Barrosão, Presidente da Câmara de Chaves, que dentro da cidade só se desloca a pé ou no seu carro particular.

Como disse, queremos que ande seguro, mas não aceitamos que gaste num pneu, aquilo que muitos gastam em quatro.

Pagar por uma muda de pneus 1.169,59 euros, é manifestamente um gasto exorbitante. Será por culpa do carro que decidiu comprar, irá dizer, mas se assim for, ainda o responsabiliza mais pela decisão que tomou. Apesar de tudo, a muda de pneus da viatura do Vice- Presidente, é muito mais aceitável e não consta que viatura do Vice- Presidente, é muito mais aceitável e não consta que ande sem segurança.

Relativamente aos gastos com restaurantes, nada mudou, apesar de não ter sido chamado à atenção, porque isso já é um cancro sem cura.

É obvio que esses gastos, na sua totalidade não estão na rubrica "prémios, condecorações, ofertas e representação dos serviços".

Mas também é claro que essas despesas são feitas sem rigor, porque quando contrata um restaurante para servir numa acção que pretende de impacto, não sabe quantas pessoas lá vão estar, porque para impressionar convida tudo e todos, acerta pagar o serviço para mil pessoas ou o que na sua ideia lhe

parece, sabendo todos que nunca é fácil juntar tantos e sabendo que uma refeição para mil não pode ser paga por cabeça, ao preço que custaria se fosse para uma única pessoa.

Poderia aqui dizer que gastou mais de cinquenta mil euros, quando acabar de pagar, em duas pinturas à mão para o Parque de Exposições, como se isso fosse um investimento urgente, imprescindível e necessário para o bom funcionamento da infra- estrutura.

Os encargos com os juros dos empréstimos, para o Senhor Presidente, são insignificantes porque sabe que esse fardo vai ser preocupação dos vindouros, provavelmente da próxima geração.

E tudo estaria bem se se resolvessem problemas. O drama é que tal não acontece, bem pelo contrário. Senão vejamos: tomou uma boa decisão que foi a de construir as piscinas municipais. Contraiu dívida e estaria bem. Só que de seguida fez uma má obra. Já estiveram fechadas quase um ano para reparações e continuamos a pagar à empresa contratada para manutenção, senão a totalidade, uma fatia muito grande do valor do contrato.

Construiu mal porque não soube adaptar o projecto à realidade climática Barrosã e gasta perto de cento e cinquenta mil euros em aquecimento. Assim a dividida é uma preocupação porque não resolve problemas mas arranja muito mais. Por vir a talhe de foice, como se costuma dizer, já fez contas, nesta área, aos gastos do Parque de Exposições? É que os erros, tal como estas discussões e por isso não é por acaso, também se repetem.

O sacar dos fundos comunitários a qualquer preço, tem os custos que constatámos. Não é tudo de borla, também entra dinheiro municipal e ainda que o fosse, como vimos há encargos para toda a vida.

Faça obra necessária, bem feita, bem planeada e repetindo-me, que resolva problemas e traga qualidade de vida aos Barrosões, com candidaturas bem organizadas, fundamentadas e projectos credíveis e, no saco sem fundo da União Europeia, lá encontrará financiamento, valendo a pena gastar as verbas do município e se tal for necessário contrair dívida.

No calor da demagogia, lá vai reconhecendo que nada fez de relevante, dando razão ao PSD ao afirmar que "o PSD queria um milagre: que as dívidas se pagassem sem dinheiro e que se fizessem obras sem investimento".

Tem razão Senhor Presidente da Câmara. Não fez obra porque anda ainda a pagar os excessos do ano eleitoral de 2005 e por isso aumentou a dívida.

Aproxima-se novo ano eleitoral e é preciso dar nas vistas, por isso pára tudo, limpa a folha e repete os erros do passado. Vira o disco, toca o mesmo e o Barroso e os Barrosões a andarem para trás.

Fez algo de louvar: retirou 13 obras do Plano de Investimento. Pena é que por lá se encontravam por serem dívida ou porque se arrastam no tempo ao sabor das conveniências. Não se lembra das muitas vezes que o PSD lhe chamou à atenção para este escândalo? Mas ainda precisa de limpar mais.

Diz que houve muita colaboração com a Juntas de Freguesia. Com as do nosso concelho ou de algum outro fruto da sua imaginação?

Então vejamos o que é possível: arruamentos e outras obras nas freguesias: Cabril, tinha previstos 30.500 euros – executou 8.509,30 euros (27,90%); Cambeses, tinha previstos 32.000,00 euros – executou 31.931,37 euros (99,79%) de obra que deveria ter sido paga antes; Cervos, tinha previstos

10.000,00 euros – executou 0 euros (0%); Chã, tinha previstos 40.000 euros – executou 13.243,05 euros (33,11%); Contim, tinha previstos 5.000,00 euros – executou 1.138,36 euros (22,77%); Covelães, tinha previstos 15.000,00 euros – executou 523,39 euros (3,49%); Covêlo, tinha previstos 47.000,00 euros – executou 46.205,16 euros (98,31% de obra que deveria ter sido paga antes); Donões, tinha previstos 5.000,00 euros – executou 1.156,76 euros (23,14%); Ferral, tinha previstos 40.000,00 euros – executou 27.195,39 euros (67,99%); Fervidelas, tinha previstos 20.000 euros – executou 6.379,93 euros (31,90%); Fiães do Rio, tinha previstos 40.000 euros – executou 10.272,25 euros (25,68%); Gralhas tinha previstos 5.000 euros – executou 1.215,63 (24,31%); Meixedo, tinha previstos 20.000 euros – executou 340,64 euros (1,70%); Meixide, tinha previstos 5.000 euros- executou 1.089,00 euros (21,78%); Montalegre, tinha previstos 705.000 euros - executou 275.018,32 euros (39,01%); Morgade, tinha previstos 10.000 euros - executou 151,25 euros (1,51%); Mourilhe, tinha previstos 10.000 euros - executou 3.697,82 euros (36,98%); Negrões, tinha previstos 10.000 euros - executou 148,10 euros (1,48%); Outeiro, tinha previstos 5.000 euros - executou 0 euros (0%); Padornelos, tinha previstos 10.000 euros - executou 0 euros (0%); Padroso, tinha previstos 5.000 euros - executou 1.011,50 euros (20,23%); Paradela, tinha previstos 7.600 euros – executou 6.461,78 euros (85,02%); Pitões, tinha previstos 58.000 euros - executou 18.657,09 euros (32,17%); Pondras, tinha previstos 35.000 euros - executou 10.631,78 euros (30,38%); Reigoso, tinha previstos 80.000 euros - executou 12.719,44 euros (15,90%); Salto, tinha previstos 164.500 euros - executou 59.716,33 euros (36,30%); Santo André, tinha previstos 5.000 euros - executou 2.863,00 euros (57,26%); Serraquinhos, tinha previstos 37.500 euros - executou 1.496,72 euros (3,99%); Sezelhe, tinha previstos 10.000 euros - executou 7.079,79 euros (70,80%); Solveira, tinha previstos 55.000 euros - executou 34.524,44 euros (62,77%); Tourém, tinha previstos 50.000 euros - executou 41.681,93 euros (83,36%); Venda Nova, tinha previstos 45.000 euros - executou 31.599,33 euros (70,22%); Viade de Baixo, tinha previstos 120.000 euros - executou 76.686,79 euros (63,91%); Vila da Ponte, tinha previstos 10.000 euros - executou 4.299,37euros (42,99%); Vilar de Perdizes, tinha previstos 308.000 euros - executou 264.633,82 euros (85,92% de obra que deveria ter sido paga antes).

Como vê, não acerta uma. Já sabemos que vai falar das máquinas e pessoal da Câmara que trabalharam em algumas freguesias. Não chega, porque muitas das obras previstas eram para ser feitas por empreitada. Fale com dados objectivos. Impute os encargos com os meios da Câmara aos respectivos trabalhos e aí com transparência veremos que o rei vai nu. Até lá trata-se apenas de demagogia e areia nos olhos dos menos informados.

Finalmente, vamos desmistificar o problema da derrama e da EDP.

Ninguém quer poupar a EDP, porque pode e deve pagar muito mais.

Não tenha dúvidas que este imposto afasta os investidores, conseqüentemente empurra os nossos jovens para fora do concelho à procura de poderem governar a vida. É neste contexto que somos contra a derrama, porque entendemos ainda que os fracos ganhos, trazem grande prejuízo ao desenvolvimento do concelho e são um entrave á melhoria da qualidade de

vida dos residentes. O que aqui vai buscar desbarata-o em pouco, como se viu atrás, e no muito que poderemos exemplificar de gastos desnecessários.

Não será por acaso que no distrito, apenas os concelhos de Alijó, Peso da Régua e Vila Real, para além do de Montalegre, é que têm derrama.

Não será por acaso, que no concelho de Boticas, para apenas falar de um conhecido de todos e com muito menos recursos e potencial de desenvolvimento, se instalam empresas e se cria riqueza com a criação de postos de trabalho.

Sabemos que não gosta desta comparação. No entanto, as políticas seguidas pelo Senhor Presidente a isto obrigam, para tristeza dos Montalegrenses. Assinado, Domingos Aguiar Vasconcelos”.

O deputado Ricardo Moura perguntou quem garantiu ao deputado Domingos Vasconcelos que o Presidente da Câmara não transferiu 10.000 euros para a Freguesia de Padornelos. Disse que se a Câmara anunciou que transferiu é porque transferiu. É um assunto muito sério aquilo que se disse. Perguntou quem lhe disse e quem o inventou.

Disse que a Câmara transferiu esse dinheiro e a Junta pagou ao empreiteiro que fez a obra e de certo que há freguesias que também o fizeram.

Informou a deputada Guilhermina Costa que um vitelo cruzado dos lameiros de barroso com 5 meses pesa 200 kg e um barrosão para ter esse peso tem que ter pelo menos 2 anos.

Disse que a deputada Guilhermina Costa referiu que a Cooperativa fez mal em certificar a vitela cruzada dos lameiros de barroso mas se ela fosse agricultora e soubesse fazer contas sabia que as vacas barrosãs dão muito mais prejuízo, pois a deputada nem sabe a razão pela qual há mais gado barrosão na zona de Salto do que no concelho todo. Não sabe que esta zona pode ter vacas na serra durante todo o ano e recebem um subsídio diferente. Todo o resto do concelho tem que as ter em cortes e isso custa muito dinheiro.

Disse que a nível de preços de carne, o Barrosão teria que valer muito mais pois exige mais do agricultor.

Quanto ao convite para ir a Nanterre que o deputado Acácio Gonçalves reclamou, disse que quem quer ir lá deve pagar da sua conta pois ele assim o fez. Nunca precisou de convites da Câmara para visitar a gente do concelho e leva material para presentear os conterrâneos.

A Câmara não tem que convidar ninguém. A Câmara está a fazer um serviço que o PSD nunca faria e os emigrantes não são parvos e por isso não se admirem que os autocarros cheguem na altura das eleições pois temos que respeitar quem nos respeita. E não é só a Câmara de Montalegre que o faz. Este ano já lá estavam mais 9 municípios representados. Teve que ser a Câmara de Montalegre a abrir-lhes os olhos. Nanterre pode ser uma segunda feira do fumeiro para quem quiser explorar aquilo, pois há qualidade nos produtos.

Sobre as contas e obras apresentadas disse que só não vê quem não quer.

Respondendo aos interpelantes, o Senhor Presidente da Câmara disse que não ficava mal um pouco mais de humildade à deputada Guilhermina Costa. Disse

que ela tem um complexo qualquer de querer dar lições de moral a alguém, mas ele não lhas aceita, sendo ela a última pessoa que lhas pode dar.

Disse que a oposição apresentou uma visão do concelho que é uma catástrofe, assumindo o papel de profetas da desgraça. Mas essa atitude é passar um atestado de inconsciência aos Barrosões. Devem-se respeitar mais os eleitores e o seu veredicto.

Disse que há um trauma por parte do PSD em estar tanto tempo na oposição, que é compreensível, mas pela forma como a mesma faz oposição, disse que se vê obrigado a continuar a lutar pelos interesses dos Barrosões, à frente da Câmara.

Acerca da sabedoria sobre a carne que a deputada Guilhermina Costa apresentou, disse que se pode dizer que há crise nos mercados, mas é injusto deitar culpa a quem valorizou o produto da região.

Disse que para se fazer uma análise à conta de gerência deve-se olhar também para o plano de actividades pois o que nele se escreve e diz, cumpre-se.

Disse também que o que se pode concluir do plano é que se gastou menos dinheiro do que o previsto, e que se fizeram obras com menos custos.

Disse que ao fim deste ano a Câmara deve menos do que no ano anterior e as normas do POCAL são cumpridas pois há um controlo permanente por parte da CCDR-N e da DGAL. As rubricas que aparecem são obrigatórias e não podem ser manipuladas. São todas explicadas.

Sobre o pagamento à Cooperativa, disse que não é bom que as dúvidas continuem. Disse que não dá mais dinheiro à Cooperativa do que o acordado. Se se deu mais dinheiro num ano é porque se deu a menos no outro. Disse que era bom que fossem à contabilidade pedir documentos para análise de forma a ser tudo esclarecido.

Disse que a Cooperativa tem os seus problemas e no mês passado não recebeu pois não tinha os documentos legais para o fazer. Quando uma verba transita de um ano para o outro, é aprovada na Câmara.

Disse que na rubrica dos transportes onde aparece "ano seguinte" quer dizer que é uma inscrição para dar viabilidade a futuros contratos, mas que não são gastos no mesmo ano.

Elogiou a intervenção do deputado Domingos Vasconcelos, mas lamenta que a pessoa que devia ouvir a resposta não tenha coragem de o dizer pessoalmente. Disse que não há ilusões nem obras milagrosas. O PSD é que vive de ilusões e para o provar bastava ver o programa eleitoral.

Sobre os veículos de luxo, disse que pensou que se referiam ao carro do Presidente, mas como ficaram surpreendidos quando viram que o carro não tinha extras, que foi comprado na Central de Compras do Estado muito mais barato, começaram a implicar com os pneus. Disse ainda que é de baixo nível dizer que se utiliza o carro da Câmara para uso pessoal, pois a maioria dos Presidentes de Junta já o viram muitas vezes com o seu carro próprio nas aldeias.

Ficou ainda mais admirado quando dizem que a carrinha da cultura é o carro nobre da Câmara e deu os parabéns aos funcionários porque até merecem isso. Disse que este veículo custou 40 mil euros e comprou-se porque o carro anterior estava a criar problemas pois no livrete não tinha as características devidas ao transporte de passageiros e mercadorias. Assim, com a nova

Mercedes, resolve o problema tendo capacidade de levar equipamento para montagem de feiras e transportar o pessoal, evitando o que ocorreu no ano passado em Nanterre, quando a carrinha foi multada.

Sobre os restaurantes, disse que é vergonhoso fazerem tais insinuações pois se não sabem a que dizem respeito as contas deviam perguntar. As facturas de que tanto falam dizem respeito ao encontro de coros em Montalegre, ao raide todo terreno, à recepção ao Sr. Ministro da Agricultura, à visita do 1º Ministro na inauguração do Multiusos, à concentração de carros antigos e à feira da vitela, à visita do Maire de Nanterre e ao congresso dos enfermeiros. 90% da despesa está aqui assinalada.

A manutenção da piscina esteve entregue a uma empresa que fazia o controlo da qualidade de água, tendo um técnico responsável que subscrevia um alvará, mas, desde que a Câmara teve Know-how, achou-se por bem assumir essa responsabilidade, mas há produtos para o controlo da água que custam dinheiro.

A oposição sabe fazer demagogia mas esta não convence ninguém pois toda a gente sabe que na conta de gerência pagam-se também obras que se fizeram nos anos anteriores e para além da realização financeira, também há a realização de obra que não está na realização financeira mas está na dívida.

Disse que as transferências para as freguesias são aprovadas na Câmara e não é dinheiro para deitar fora, é para obras.

Sobre a derrama, disse que o PSD pode continuar a opor-se pois parece que este partido quer é poupar dinheiro à EDP já que 90% da derrama é paga por essa empresa.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Guilhermina Costa, Domingos Vasconcelos e Ricardo Moura.

A deputada Guilhermina Costa disse que não percebe o Presidente da Câmara, pois hoje disse que ela tem falta de humildade, mas disse a um jornal que ela se vitimizava.

Disse que o Presidente queria que toda a Assembleia votasse favoravelmente, mas como também foi eleita democraticamente tem o direito de votar contra.

Pediu ainda para que o Presidente deixe de fazer batota e assuma aquilo que fez pois em 2007 limitou-se apenas a fazer uma pintura de estradas e uns muros.

Afirmou que tem receio que o Multiusos se torne uma obra como a da piscina, uma mania megalómana.

Perguntou o que se passou com a Barrosana e porque é que não lhe deu utilidade.

Disse ainda que o PSD não tem dinheiro para comprar bilhetes de avião para que as pessoas possam vir votar, mas gostava de saber quem foi.

O deputado Domingos Vasconcelos assumiu que o documento lido por ele foi dado pelos Vereadores do PSD.

Sobre o carro da presidência, disse que também criticou o carro do presidente na altura em que o PSD estava no executivo.

Sobre o lixo, disse que deveria haver uma campanha de sensibilização pois gasta-se muito dinheiro e há desperdícios.

O deputado Ricardo Moura disse que ainda bem que o deputado Domingos Vasconcelos confessou que foram os Vereadores que lhe deram o documento para ler pois toda a gente sabe que ele não tem maldade para o fazer.

O Presidente da Câmara disse que fazer a comparação entre Montalegre e Boticas é um assunto esgotado. Basta olhar para o parque empresarial, para a população, para os agricultores, para as cabeças de gado de um e outro concelho para ver a diferença. Toda a gente sabe só a Dra. Guilhermina Costa é que não.

Sobre a chegada dos autocarros na altura das eleições, disse que o PSD pensa que estes só têm uma cor e que as pessoas são burras. Toda a gente sabe que o PSD pagou bilhetes de avião e algumas pessoas que vieram votaram no PS.

Falou que o exemplo que deu o deputado Alberto Fernandes é a prova que o líder do PSD protagonizou a guerra da vinda dos emigrantes para votar, que tem essa instrumentalização pessoal de trazer amigos e familiares doutras paragens a virem votar no PSD. Perdeu as eleições porque quem está à frente da Câmara trabalha, sabe o que faz e o eleitorado não é lorpa.

Perguntou à deputada Guilhermina Costa se são remendos as seguintes obras: a variante do rolo à Corujeira, o saneamento de Codeçoso, a água de Caniçó, a rede de água de Reboreda, a estrada da Borralha a Linharelhos, o tapete de Gralhas a Santo André, a estrada de Montalegre a Padornelos, obras de remodelação na aldeia de Penedones, intervenção na aldeia de Pitões, acesso ao parque de campismo de Penedones, recuperação e valorização de Tourém, a estrada de São Vicente a Montalegre, as grades na ponte de Outeiro, o auditório, o núcleo do Ecomuseu e o Parque do Cávado. As obras estão feitas e as pessoas têm melhores condições de vida e a maior parte estão pagas.

Além destas obras comprou terrenos para o novo lar e para a nova creche que custaram 100.000 contos, dois carros, um jipe, três carrinhas 4x4, um camião, um reboque, uma galera, duas retroescavadoras, quatro espalhadores de sal, a carrinha da cultura e os carros da presidência.

Falou ainda das iniciativas de promoção do concelho e disse que vai fornecer cópias para que as pessoas tenham noção e percepção do investimento feito.

Concluiu dizendo que foi um bom ano de realização, um ano em que se diminuiu a dívida, que em termos estruturais equilibrámos o orçamento, encerraram treze obras e um ano em que se fez muita iniciativa, apesar das restrições orçamentais.

A deputada Guilhermina Costa disse que referir-se a uma pessoa que não está presente para se defender só demonstra a falta de educação do Presidente.

Deliberação: aprovada por maioria com 10 abstenções.

4.3 – Proposta de Aprovação dos termos substanciais do acordo de cessão à EHATB da posição contratual do Município de Montalegre no

contrato de entrega e recepção de resíduos sólidos urbanos, celebrado com a sociedade RESAT.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Luís Pereira.

O deputado Luís Pereira disse que este contrato não será mais do que uma empresa que dá lucro e vai ajudar outra, que em termos de resultados líquidos não têm sido muito favoráveis. No relatório de actividades da RESAT do último ano vê-se que os rendimentos não chegam aos 2000 contos. Fazendo as contas e pelos valores que o senhor presidente disse, a taxa que está no contrato que será de 3 % de compensação, será sobre os 500.000 euros ou será sobre os 138.000 euros que nós cobramos? Se a EHATB nos vai compensar com uma taxa de 3%, se for sobre os 500.000 euros a câmara ainda vai ganhar mais do que o resultado líquido da RESAT. Se a taxa que a câmara vai beneficiar é de 3%, ainda ganhamos neste negócio. Agora, se a EHATB é uma empresa dos seis municípios e dá rendimentos, e destes temos de pagar impostos, com este contrato a população beneficia mas a ideia é não continuarmos a agravar as taxas pois aí se refere que cada município é responsável pela actualização das taxas. Se os resultados líquidos da empresa não chegaram aos 2000 contos e se a EHATB ainda nos vai restituir por fazermos a cobrança, porque nos tem de dar 15.000 euros, quem é que vai pagar à RESAT esses prejuízos?

O Senhor Presidente da Câmara disse que os 3% não são sobre o lucro líquido da empresa, são sobre a remuneração do capital social tendo a empresa que dar obrigatoriamente 3% de lucro e quando não dá aumentam-se as tarifas. Quem paga é o consumidor por imposição do Governo.

Disse ainda que a Câmara paga uma tarifa pela deposição em aterro e outra pela recolha e tratamento. Quem manda no preço das tarifas a cobrar aos consumidores são as câmaras. Neste processo há como que uma conta corrente para cada Câmara já que as verbas da EHATB são sempre iguais para todas as Câmaras, quer sejam canalizadas directamente ou por via da RESAT.

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.

4.4 – Proposta de adesão ao Programa Pagar a Tempo e Horas, aprovado através da Resolução do Concelho de Ministros nº 34/2008, publicado no Diário da República, I Série, nº 38, de 22 de Fevereiro de 2008.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir a deputada Guilhermina Costa.

A deputada Guilhermina Costa disse que lhe custa a crer que a Câmara não recorra a mais empréstimos bancários pois a dívida a fornecedores é grande. Disse ainda que o PSD vota favoravelmente esta proposta.

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.

4.5- Processo administrativo n.º 03/06 / Classificação da “ Casa dos Braganças”, como imóvel de interesse municipal / Requerente: Fernando Manuel Branco Carvalho.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Paulo Barroso.

O deputado Paulo Barroso disse que é de um bonito imóvel que se fala, que orgulha e eleva Tourém e o concelho de Montalegre.

Deliberação: aprovado por unanimidade.

4.6 – Parque Eólico de Montalegre / Declaração de reconhecimento público do projecto / ENEOP2.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveram-se para intervir o deputado Paulo Cruz.

O deputado Paulo Cruz disse que lamenta que estivessem 9 horas a falar de coisas que não interessam e assuntos importantes que são decisivos para os futuros 20 anos do concelho passem despercebidos. Por isto, sugeriu que se discutisse este ponto numa sessão seguinte.

Disse ainda que deveria ser fornecida documentação para além da informação dada pelo Presidente da Câmara pois convém ser bem analisada. Para que seja votada com legitimidade e consciência, essa informação devia ser sujeita a um estudo de impacto ambiental pois julga ser zona de Reserva Ecológica Nacional. Disse que era bom que se defina no PDM onde se podem colocar Parques Eólicas pois se se colocam em todos os montes, também se devem colocar no Larouco.

Disse que, durante 15 dias, foram publicados num canal de televisão vários documentários sobre o Rio Cávado. Disse que é bom que se saiba que este rio é uma grande potencialidade da região.

Sugeriu que seja a Câmara a gerir e a administrar os parques eólicos pois a banca que financia a EDP também o faz à Câmara. É necessário que se saiba qual a possibilidade de isso acontecer.

O Senhor Presidente da Câmara disse que não se deve falar com o coração, mas sim com a razão. Tem que haver equilíbrio, pois embora vá haver impacto visual. A Câmara vai receber cerca de 500.000 euros por ano e a EHATB cerca de 4 milhões por ano pelo capital que irá deter.

Disse ainda que, sem receitas próprias, não há forma de financiamento para as actividades da Câmara. É preciso pesar os prós e os contras, pois há benefícios que não podem ser desprezados. Estão em jogo interesses locais e em

particular do Município de Montalegre. O ideal é não ver nos montes as torres, mas Montalegre não está em condições de dispensar tanto dinheiro.

Disse que a EHATB é um exemplo para todo o país. Deixaram de se fazer ruas e saneamentos para investir às cegas numa empresa. Mas essa empresa agora é muito credível porque já tem muita experiência e capital acumulado. E é por isso que a EDP dá os 5% das barragens.

Disse ainda que a Câmara não podia gerir estes parques por que nem sequer apresentar-se a concurso por isso foi só para empresas como a EDP, a IBERDROLE e outras. E também é preciso ter noção de quanto é que custa um investimento destes. E pediu que este assunto não fosse adiado pois há prazos para cumprir e multas pesadas se não se fizer.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Guilhermina Costa e Paulo Cruz.

A deputada Guilhermina Costa disse que faz as intervenções que faz quando não concorda com aquilo que está a ser discutido.

O deputado Paulo Cruz entregou a seguinte declaração de voto à Mesa: "Declaração de voto: Votei contra a proposta da Ordem de Trabalho 4.6, que aprova o pedido de declaração de reconhecimento do Interesse Público Municipal do projecto ENOP2/Parque Eólico de Montalegre, pelas seguintes razões: 1 – Considero extemporâneo a Assembleia deliberar sobre uma matéria que está em discussão pública, como é o caso deste projecto, e sem estar munida de informação (Parecer de uma Entidade Estatal sobre o impacto ambiental deste parque), para debater e formar uma posição; 2 – Estando em causa um facto que envolve os próximos 20 anos de Barroso, não pode ser abordado em escassos minutos; 3 – A nossa paisagem é a essência da Identidade Barrosã, este Património Natural de valor incalculável deve ser preservado. Alertei da necessidade de delimitar, em PDM, os locais onde edificar estas infra-estruturas. Um desenvolvimento sustentado e a vivência saudável entre a Natureza e o engenho humano, assim o recomendam; 4 – A contribuição de Barroso no âmbito nacional para a produção de energias renováveis já é considerável; 5 – A ser instalado um parque eólico desta dimensão (39 torres), a sua exploração deve ser efectuada em moldes diferentes dos já existentes. Sugeri a constituição de uma Entidade Público – Privada, de interesse municipal, para o administrar e trazer ao município receitas para ajudar a financiar o Orçamento da Câmara e de todas as Juntas de Freguesias, dando-lhes maior aptidão no desenvolvimento da nossa Região; 6 – As populações devem beneficiar mais directamente deste tipo de investimentos, quer a nível individual, como por exemplo a tarifa de electricidade mais barata, quer a nível colectivo, no apoio a empresas familiares que se dediquem à produção e/ou à comercialização dos produtos locais, a empresas que empreguem gente de Barroso; 7 – Conforme está assente neste projecto, anualmente o nosso município irá arrecadar directamente verbas na ordem dos 570 mil euros, o mesmo é dizer 2,5% das receitas globais, mais a sua cota na EHTB. Cada Comissão de Compartes das freguesias que abrange a área de implementação ficará com 3 mil euros ao ano; 8 – O rendimento anual

previsto para este parque eólico ronda os 22 milhões de euros; 9 – O Interesse Municipal, com os valores acordados, é evidente que está garantido. Contudo, é patente que melhor ficava, se a sugestão supra referida fosse implementada; 10 – Por si só, a sua exequibilidade deveria ser analisada ou ser um ponto de partida para estabelecer uma correcta proporcionalidade nos interesses – privados e municipais – aqui envolvidos; 11 – É imperativo celebrar uma parceria com as Entidades Gestoras (privadas) da produção de energias renováveis para financiar a conservação da Natureza e também minimizar os impactos ambientais que decorrem da sua exploração. É um dever para nós e para quem beneficia deste tipo de investimentos, e digo-o sem demagogia ou fundamentalismo, preservar o meio ambiente. Assinado: Paulo Cruz”

Deliberação: aprovado por maioria com 1 voto contra.

4.7 – Proposta de alteração ao Regulamento Mercado Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Joaquim Pires e António Ferreira.

O deputado Joaquim Pires perguntou se esta medida é uma necessidade que a Câmara sentiu ou foi sentida pelos utilizadores.

O deputado António Ferreira perguntou se o possível adjudicante vai saber o prazo que pode lá permanecer.

O Senhor Presidente da Câmara disse que os utilizadores nunca se queixaram porque querem as lojas para toda a vida mas as lojas não são deles, são de todos os Barrosões e todos têm direito de as poder ter. Se a Câmara decidisse que ficavam lá sempre os mesmos era acusada de favorecimento e isto trata-se de uma questão jurídica que tem de ser respeitada.

Disse que a hasta pública tem de referir o preço base de licitação, bem como o prazo.

Deliberação: a proposta foi aprovada por unanimidade.

4.8 – Carta enviada pelo membro da Assembleia Municipal, Luís Carril, solicitando informações sobre o uso das gravações das actas desta, requerendo também que seja enviado um exemplar das mesmas a cada bancada.

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, João Soares, Paulo Cruz e António Ferreira.

A deputada Guilhermina Costa entregou o seguinte documento à Mesa: “ Senhor Presidente da Assembleia, Senhores deputados: sendo gravadas as intervenções feitas nestas reuniões, o Regimento da Assembleia Municipal de Montalegre não prevê a gravação das mesmas, nem regulamenta o seu uso.

As actas até agora elaboradas, após o uso das gravações, nem sempre relatam tudo o que ocorreu na reunião, como dispõe o ponto nº1, do art. 28º, do Regimento da Assembleia. A demonstrá-lo, estão os constantes pedidos de rectificação feitos pelos deputados das diferentes bancadas.

Soubemos que trechos das intervenções produzidas na última Assembleia foram publicados pela rádio Montalegre.

Todos pudemos constatar que o Sr. Ricardo Moura, director da Rádio, esteve presente nessa Assembleia (não sabemos se no cumprimento das suas obrigações autárquicas, se na qualidade de repórter da Rádio). Sabemos também que o único instrumento de captação de som visível nesta sala foi este microfone, e não qualquer outro da rádio Montalegre.

Perante estes factos, perguntamos ao Sr. Presidente da Mesa desta Assembleia qual é o fim destas gravações. Para que servem? Porque é que os membros da Assembleia não podem obter cópia das gravações quando a comunicação social goza de tal privilégio?

Parece-nos ser de toda a utilidade a gravação das reuniões desde que sejam um instrumento para a elaboração das actas.

Assim para legalizar procedimentos, propomos a alteração do art.28º do Regimento da Assembleia Municipal, para o seguinte teor:

“1- As intervenções orais efectuadas nas reuniões são gravadas em suporte digital.

2- De tudo o que ocorrer em cada reunião será lavrada acta, que transcreverá a gravação referida no número anterior, elaborada pelos secretários da mesa e assinada por estes e pelo presidente.

3- As actas das reuniões são aprovadas em minutas no final das reuniões.

4- No final de cada reunião é facultada aos representantes dos grupos parlamentares uma cópia da gravação referida no ponto 1.

5- Os pedidos de rectificação à acta devem indicar o minuto da gravação onde consta a intervenção a corrigir.

6- As actas das reuniões são enviadas por escrito, com a convocatória e aprovadas na sessão seguinte, antes do início dos trabalhos.

7- As certidões das actas, ou fotocópias destas, devem ser passadas, independentemente do despacho, pelo secretário da mesa, dentro de oito dias seguintes à entrada do respectivo requerimento, salvo se disser respeito a mandatos anteriores. Assinado: Guilhermina Costa”.

O deputado João Soares disse que não se põe em causa o princípio democrático de ter acesso às actas e ao seu conteúdo mas o artigo 28º do regimento não define o uso das gravações. Apenas foram pedidas para suporte da elaboração da acta.

Disse que as gravações da Assembleia devem ter um acesso reservado pois durante algumas sessões há alguns desabafos que não convém que passem certas portas.

Disse que é bom que a CADA dê o seu parecer pois com a fundamentação desse parecer é permitida a redacção da possível alteração do regimento.

O deputado António Ferreira que não tem nada contra o fornecimento da gravação audio das Assembleias mas não tem vontade nenhuma de a receber

pois se esta se destina a ajudar à elaboração da acta, se dúvidas houver pede-se ao secretariado da mesa para ouvir, como já aconteceu várias vezes nesta Assembleia.

Disse que se este ponto não fosse adiado até se receber a parecer da CADA, ele sairia da sala sem votar pois sabe das tecnologias que hoje em dia existem para alterar registos audio.

O Dr. Nuno Vaz, chamado para esclarecer esta questão, disse que há dois aspectos centrais: saber se se trata de um documento administrativo ou não ou se é apenas um suporte /instrumento de apoio à elaboração da acta.

Na sua opinião, se estiver devidamente disciplinado no documento que regulamenta o funcionamento das Assembleias e este regimento disser que os documentos são válidos, quer em forma de papel, quer em forma digital, estas duas formas de registo são válidas. Como neste caso apenas o registo em papel é válido, o suporte audio é apenas um instrumento de trabalho, não sendo obrigatório o seu fornecimento.

Deliberação: a votação deste ponto foi adiada até emissão de parecer da CADA.

4.9 - RESAT / Relatório e Contas relativo ao ano de 2007.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.10 – Acordo de cooperação transfronteiriça entre os Municípios e Boticas, Chaves, Montalegre, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Vinhais e Deputacion Provincial de Ourense para a Criação da Associação de Cooperação Transfronteiriça do Vale do Tâmega.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia

Inscreveu-se para intervir o deputado Armando Duarte.

O deputado Armando Duarte disse que é de aprovar pois este acordo tem como finalidade obra e gestão de serviços públicos, possibilitando candidaturas a programas comunitários.

Perguntou ainda se as aldeias de Xinzo de Limia, mais próximas de Montalegre, fazem parte e se todas as freguesias de fronteira podem aderir a este acordo.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a Deputacion Provincial de Ourense dá cobertura a uma grande área e todos os municípios da raia se podem candidatar, tendo a possibilidade de escolher os parceiros.

Deliberação: aprovado por unanimidade.

5 – PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário
